

## CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE: O CASO DO LARGO GLÊNIO PERES

SOCIOGEOGRAPHIC CONFLICTS IN THE USE OF PUBLIC SPACES OF PORTO ALEGRE: THE CASE OF GLÊNIO PERES SQUARE

CONFLICTOS SOCIOESPACIALES EN EL USO DE LOS ESPACIOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE: EL CASO DE LA PLAZA GLÊNIO PERES

Rosiéle Melgarejo da Silva<sup>1</sup>  
[rodageo@yahoo.com.br](mailto:rodageo@yahoo.com.br)

### RESUMO

Atualmente a cidade de Porto Alegre testemunha uma sequência de manifestações, com destaque para as passeatas pela redução da tarifa de ônibus. Esse contexto é efeito de um conjunto de medidas restritivas aplicadas nos espaços públicos de uso e apropriação coletiva. Medidas que atende direta e indiretamente as exigências dos megaeventos, como Copa do Mundo (2014). O controle e a vigilância foram intensificados nesses espaços e serão demonstrados a partir de um estudo de caso da cidade de Porto Alegre: o Largo Glênio Peres. O artigo está baseado na ação prática e cotidiana do estudo de caso, porém essas experiências estão se multiplicando por todas as outras cidades-sedes do evento. Assim, o objetivo é analisar os conflitos socioespaciais no uso dos espaços públicos gerados pela relação de poder que se encontra em transformação. Assim como suas implicações para a convivência de diferentes sociabilidades e nos rumos do espaço público contemporâneo. O método de análise é o dialético e privilegia uma análise que contemple as diferentes formas de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Espaço público. Largo Glênio Peres. Copa do Mundo.

### ABSTRACT

Currently the city of Porto Alegre witness a sequence of events, especially the marches by the reduction of bus fare. This context is the effect of a set of restrictive measures in public use and collective ownership. Measures that directly and indirectly meets the requirements of megaevents such as the FIFA World Cup (2014). The control and surveillance was intensified in these areas and will be treated as a case study of the city of Porto Alegre: Glênio Peres Square. The article is based on the action and everyday practice case study, but these experiences are multiplying every other host cities of the event. The objective is to analyze the socio-spatial conflicts in the use of public spaces generated by the power relationship is changing. Well as its implications for the coexistence of different sociability and directions of contemporary public space. The analysis method is dialectical and favors an analysis that considers the different forms of sociability.

**Keywords:** Publics spaces. Square Glênio Peres. World Cup.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia – Doutoranda em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre

**RESUMEN:**

Atualmente acontecem en la ciudad de Porto Alegre una secuencia de eventos, especialmente las marchas por la reducción de la tarifa del autobús. Este contexto es el efecto de una serie de medidas restrictivas en los espacios públicos de uso y apropiación colectiva. Esas medidas atienden directa e indirectamente los requisitos de los mega-eventos, como la Copa del Mundo (2014). El control y la vigilancia se intensificó en estas áreas, como en el caso de estudio de este trabajo: la Plaza Glênio Peres en la ciudad de Porto Alegre. El artículo se basa en la acción y las prácticas cotidianas del estudio de caso, sin embargo esas experiencias se multiplican en todas las ciudades anfitrionas del evento. El objetivo es analizar los conflictos socio-espaciales en el uso de los espacios públicos generados por la relación de poder que está cambiando en función del mega-evento, así como las consecuencias para la coexistencia de diferentes sociabilidades y para los significados del espacio público contemporáneo. El método de análisis es dialéctico y favorece un análisis que tenga en cuenta las diferentes formas de sociabilidad.

**Palavras clave:** Espaço público. Plaza GLênio Peres. Copa del Mundo.

**1. INTRODUÇÃO**

Na atualidade os espaços públicos brasileiros atravessam por varias medidas de restrição e controle, principalmente em função dos megaeventos que o país irá sediar como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Essas restrições compõem um conjunto de medidas que visa regular e estabelecer critérios para o uso de espaços que anteriormente se encontravam livres para o uso das manifestações de movimentos sociais, artísticas ou de qualquer ordem.

Na cidade de Porto Alegre não é diferente e essas medidas estão afetando a dinâmica desses espaços de forma muito restritiva. Um exemplo disso é o que ocorreu com o Largo Jornalista Glênio Peres. Esse largo mais conhecido como Largo Glênio Peres está situado entre o Mercado Público Municipal e a Praça XV de Novembro, entre a Av. Borges de Medeiros e a Rua Marechal Floriano. Historicamente esse é um espaço de referência para ambulantes, artesãos, artistas ou religiosos.

Porém no dia 14 de dezembro de 2011 um projeto de lei foi aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre que dispõe sobre uma série de critérios para a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de qualquer natureza no Largo Glênio Peres. Dentre as diversas medidas, o projeto prevê que fica vedada a realização de qualquer feira no Largo com a exceção da Feira do Peixe. A partir disso, qualquer evento somente poderá ser realizado mediante prévia autorização do Executivo Municipal, sendo que fica vedada, sob qualquer hipótese a utilização de som amplificado.

O Projeto de Lei Nº 038/11 do qual está se tratando avança mais nas restrições na medida em que estipula que qualquer artista que queira usar o espaço deverá se cadastrar e buscar uma prévia autorização no Executivo Municipal. Esse projeto avança nos detalhes dessas medidas, mas de modo geral já se pode ter uma idéia do objetivo que esse plano irá atender. O intuito é possuir um total controle do que acontece no Largo Glênio Peres, para que todas as manifestações

culturais ou de qualquer conotação não sejam inoportunas em momentos de visibilidade da cidade ou dos governantes da cidade de Porto Alegre.

A situação se agravou ainda mais quando no dia 4 de outubro de 2012, o Largo Glênio Peres testemunhou um enfrentamento entre policiais e manifestantes que resultou na derrubada do símbolo da Copa de 2014, o tatu-bola, erguido nesse local. A manifestação foi contra a apropriação privada de espaços públicos, que tem sido um dos efeitos que a cidade de Porto Alegre está passando por ser uma das cidades sedes da Copa de 2014. Desde então, as manifestações tem se multiplicado na cidade, com destaque para as passeatas pela redução da tarifa de ônibus.

O objetivo deste trabalho é repensar que tipo de espaço público está sendo concebido frente ao conjunto de medidas que limitam e controlam o seu uso. Assim como suas implicações para as coletividades que usufruem desses espaços. Esses questionamentos fazem parte do desenvolvimento de uma tese de doutorado sobre o uso e apropriação dos largos da cidade de Porto Alegre, que se encontra em andamento.

## 2. A produção do espaço público

A existência de um espaço público implica necessariamente em uma apropriação coletiva e democrática. Uma concepção dialética da produção do espaço compreende que o conflito é integrante primordial das relações de poder. Partindo desse pressuposto, a existência física de um lugar para a vivência coletiva não necessariamente implica em um espaço público de conotação democrática. O espaço físico, que passa por um ordenamento territorial que controle seus usos perde a conotação dialética, própria dessa qualidade.

Assim, espaço público na referente pesquisa será entendido como um espaço aberto, sem controle de suas apropriações e que evidencie em algum aspecto o conflito característico da sociedade contemporânea. Essa perspectiva terá como embasamento teórico Hannah Arendt (2010) que concebe a esfera pública apoiada na dimensão da ação. Hannah Arendt (2010) com sua teoria da Condição Humana trabalha detalhadamente a noção de espaço público como o lugar por excelência em que o homem alcança liberdade por meio de intervenções.

O seu conceito de liberdade está relacionado ao da *polis* grega, ou seja, ser livre é aquele que pode participar no espaço público por meio da palavra e da ação, como a autora comenta a seguir:

O termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas completamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. (...) Em segundo lugar, o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele. (ARENDR, 2010, p. 64)

Logo, não é um espaço vazio ou aberto e sim cheio de significado, como expressa a seguir:

A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos vêm e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. (ARENDR, 2010, p. 70)

O espaço público aqui retratado terá também como característica a sua dimensão de contra-espaço. Essa qualidade expressa numa primeira instância um modo de resistir à lógica formal da cidade mercantilizada e em última instância como a forma dialética de conceber a produção do espaço urbano. Não existe um espaço e um contra-espaço diferenciado e com claras fronteiras, ora os conflitos se acirram, ora as políticas de ordenamento territorial ganham força no mesmo local. O que define quem está em evidência é uma análise dialética da realidade, tendo em vista relações concretas e abstratas.

O termo contra-espaço é usado por diferentes grupos, com diferentes ênfases, mas todos eles possuem como referência a expressão de questionamento da ordem existente. Como assim define Ruy Moreira:

O contra-espaço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo e dentro dela. Pode ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente. (MOREIRA, 2007, p. 103)

Um contra-espaço público se definiria, dessa forma, como um espaço aberto, sem controle de seus usos, livre para a expressão de diferentes sociabilidades e caracterizado por uma evidente apropriação por parte de movimentos sociais, manifestantes e artistas. O ponto em comum desses grupos é a intencionalidade em suas práticas de refletir a ordem instituída na cidade.

A cidade de Porto Alegre conta com um grande número de espaços públicos se comparada com outras capitais brasileiras. A cidade possui atualmente 59 largos, segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento, com características variadas. Porém, somente o largo Glênio Peres será retratado detalhadamente por apresentar uma característica relevante para a proposta de reflexão, que é ser historicamente um espaço de apropriação de manifestações artísticas, políticas e reveladora das contradições dos espaços públicos.

### **3. O local revela os desafios do espaço público contemporâneo: o caso do Largo Glênio Peres**

No Largo Glênio Peres, a liberdade de intervenção no espaço fica comprometida, pois um cadastro e uma avaliação prévia não só seleciona a partir de critérios questionáveis os agentes do lugar como inibe tantos outros que poderiam intervir no espaço, mas em função de uma burocracia

se tornam desestimulados. Porém, o que se faz mais grave ainda é a necessidade de autorização para atuação em um espaço público, pois a concepção de ser de todos e de ser livre que compete a esses espaços fica totalmente comprometida. A dinâmica de socialização se transformou a partir desse conjunto de medidas, pois foi lembrado à população que mesmo parecendo um espaço livre para atuação, esse espaço está sob vigilância, comprometendo uma qualidade do espaço público, como comenta Ângelo Serpa:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. (...) É visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos. (SERPA, 2007, p. 09)

A circulação de pessoas não foi afetada, pois o Largo é caminho de muitas pessoas que fazem uso dos meios de transporte que se concentram nesse local. Também é um lugar de acesso ao Mercado Público o que faz dele um local ainda bastante movimentado pelo público que transita nele.

As medidas que foram impostas pelo poder municipal não foram iniciativa dos transeuntes. Não aconteceu uma mobilização de pessoas que usam o espaço como passagem, nem evidências de que as intervenções que vinham ocorrendo no Largo Glênio Peres fossem invasivas, agressivas ou que estivessem prejudicando qualquer pessoa. A Feira de Economia Solidária ou a dos artesãos estavam causando incomodo em grande parte para as autoridades que segundo Valter Nagelstein, titular da SMIC(Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio) em entrevista a rede de notícias Sul21 no dia 20 de dezembro de 2011, resumia como um “mal estar” quando passava em dias de feira no largo, como ele próprio comenta: “Te confesso que essa feira me causava um mal estar.” (Sul 21, Porto Alegre, 20 dez. 2011).

Valter Nagelstein revela também que a substituição do Largo Glênio Peres, que até então é um espaço aberto para pedestres e ciclistas poderia se transformar em um estacionamento para carros, pois isso segundo suas palavras traria um “público mais qualificado” (Sul 21, Porto Alegre, 20 dez. 2011) para o Mercado Público e para as adjacências. Mas como poderia ser descrito esse “público qualificado” e que novo espaço público é esse que está se configurando a partir dessas relações de poder? Ana Carla Côrtes de Lira ao estudar o contexto de Barcelona traz no trecho a seguir o que ela considera como um novo espaço público que pode ser aplicado nesse questionamento para o contexto brasileiro:

Os espaços públicos, que têm na vigilância e no consumo suas características indispensáveis, são pensados e executados para um novo público, atraído e ao mesmo tempo multiplicado pelas transformações da cidade. Os fluxos substituem a densidade, o territorialante substitui o habitante, o pavimento substitui a grama, o futebol na rua é transferido para uma quadra poliesportiva, a conversa de banco é trocada por um fra\_puccino de marca

Starbucks. (...) O desenho urbano se consolida como instrumento de comunicação ideológica e de caráter disciplinador. (LIRA, 2011, p. 299)

Enquanto o Projeto de Lei aprovado continua sendo ferramenta de restrição do uso do espaço, alguns vendedores, artistas e representantes de algumas religiões continuam se arriscando ao se expor nesse local. O projeto não conseguiu consumir com toda a atividade que já vinha ocorrendo, e assim uma (re)apropriação do espaço acontece.

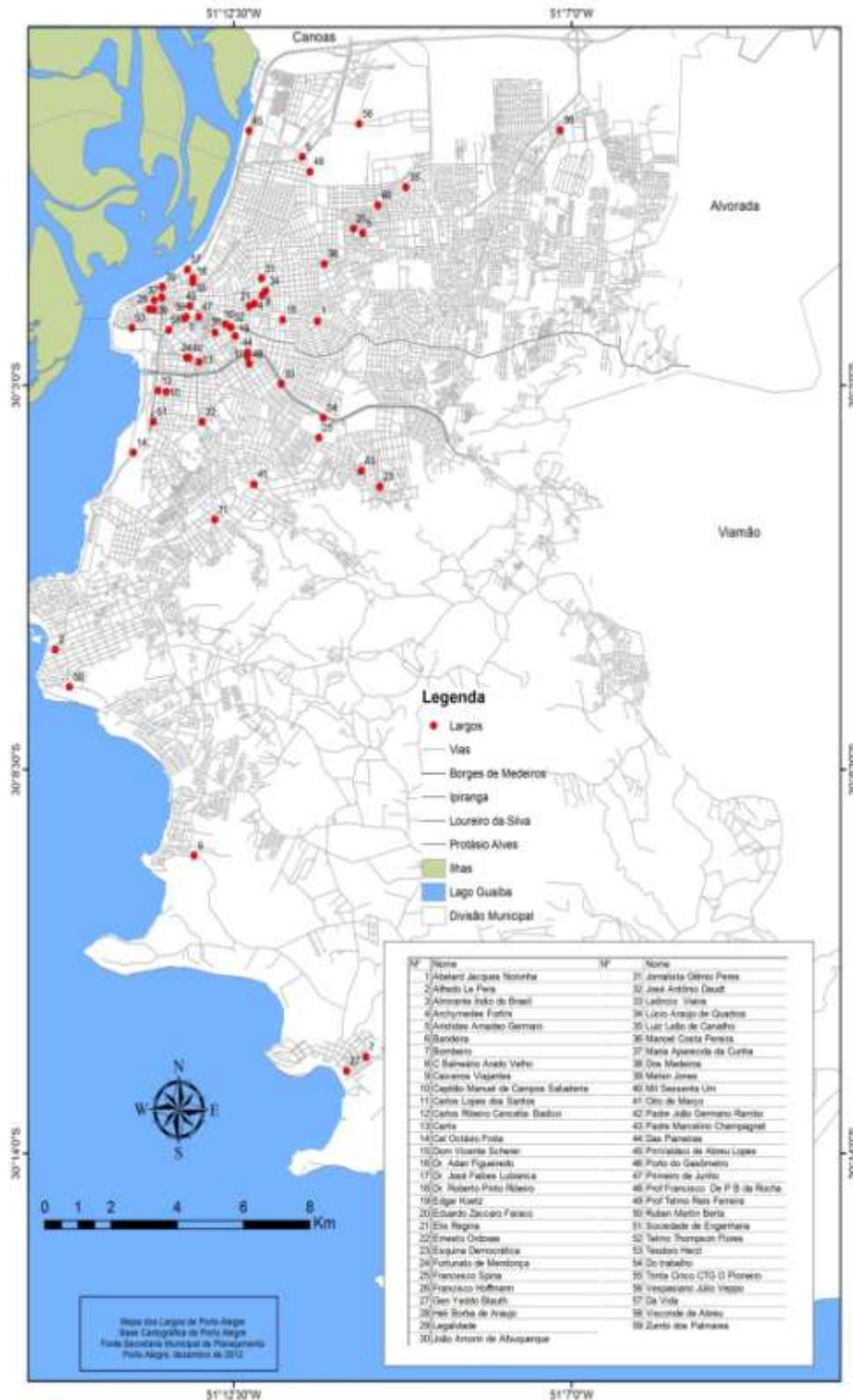
O Largo Glênio Peres promove e já promoveu diversas manifestações, tanto que é considerado um ponto de encontro para esses eventos, o que indica a apropriação diferencial desse espaço. Através de um levantamento histórico dos largos da cidade de Porto Alegre, e do surgimento e desenvolvimento do largo tratado no estudo de caso, pode-se observar que é longa a característica de potencial agregador de grupos sociais desses lugares. Charles Monteiro em uma pesquisa sobre a urbanização de Porto Alegre comenta:

Em fins do séc. XVIII e início do séc. XIX, os “largos” eram, por excelência, espaços de reunião e de atualização das sociabilidades públicas. Existiam os Largos da Quitanda, dos Ferreiros, do Pelourinho e do Arsenal. Espaços polissêmicos que reforçam os laços comunitários, onde o trabalho, as festas e a religiosidade popular se revezavam constituindo uma riqueza de significados e vivências. (MONTEIRO, 1995, p. 26)

Logo, esses espaços públicos remontam uma história mais antiga que se imagina numa observação superficial da dinâmica de seu cotidiano. Essas evidências históricas que levam a crer que esses espaços públicos se constituem como apropriação popular há bastante tempo e podem ser um indicativo dos motivos que levam os largos na atualidade a se constituírem como espaços diferenciais que se contrapõem as medidas de remodelação urbana.

#### **4. O papel do espaço público na contemporaneidade**

A cidade espetáculo é uma das grandes tendências quando se fala de espaço público. Isso porque as relações de mercado aproveitam-se da centralidade que esses espaços possuem e visibilidade por parte de um considerável número de pessoas. Com o caso dos largos da cidade de Porto Alegre não seria diferente. O mapa (Figura 01) mostra a localização dos 59 largos registrados na cidade de Porto Alegre. Nele é possível perceber que sua localização concentrada em maior número no centro da cidade o coloca como lugares com potencial de visibilidade.



**Figura 01** – Mapa de Localização dos largos na cidade de Porto Alegre.  
**Fonte:** produzido pela autora.

Porém, ao mesmo tempo em que esses lugares possuem potencial visibilidade para a apropriação das relações de mercado, eles também funcionam como pontos de encontro de sociabilidades diferenciadas como as tratadas nesta pesquisa. Historicamente as praças e parques foram alvos em potencial do controle em benefício de interesses privados. Mas existem diferenças entre essa situação e o que já ocorreu anteriormente. Os largos nem sempre foram alvo dos interesses privados, pois em boa parte do século XIX transformaram-se no reduto de encontro de grupo de manifestantes e artistas independentes. Hoje eles ainda permanecem, mas num conflito diário com as apropriações privadas, que como no largo Glênio Peres tratado, tem perdido espaço para os interesses de mercado. E o resultado é uma atmosfera de constante conflito entre antigas e novas apropriações.

Um exemplo muito significativo do acirramento desses conflitos foi a formação de um grupo chamado “Largo Vivo” que a partir do mês de outubro, todas as terças-feiras, a partir das 18 horas promoveu encontros convidando a comunidade para ocupar o espaço do Largo Glênio Peres com música, teatro e piqueniques. O mês de outubro do ano de 2011 foi o mesmo em que foi redigido pelo prefeito José Fortunati um texto indicando o possível projeto de lei que seria apresentado a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

A reunião dessas pessoas acabou agregando reivindicações das mais variadas, como a dos ciclistas que exigem um respeito e incentivo no uso da bicicleta como alternativa de transporte urbano e dos insatisfeitos com os sucessivos aumentos nas passagens de ônibus. Na verdade não quer dizer que o movimento Largo Vivo surgiu primeiro e que depois disso outros grupos foram sendo agregados. Não existem grupos hierarquicamente organizados com representantes nesse caso, pois esse espaço público é fértil por seu caráter democrático, livre e de acesso direto.

Mesmo que transformações reais que assegurem o espaço público como democrático e livre de restrições, como essas que foram tratadas não ocorram, a questão é que as manifestações estão ganhando visibilidade. O contexto de preparativo para esses megaeventos, como a Copa do Mundo que se aproxima na cidade de Porto Alegre, pode provocar de um lado um aumento das restrições dos usos dos espaços na cidade e de outro a multiplicação de manifestações contrárias a essas medidas. Mas indiferente de quem venha a se sobrepor nessa relação de poder, um ponto importante a se pensar é o que David Harvey definiu como “utopismo espaço-temporal” e da importância de assegurá-lo, como ele descreve a seguir:

A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos. (HARVEY, 2006, p. 28)

Compreender a realidade das políticas estatais contemporâneas sem levar em conta os atores, sujeitos atuantes, sua posição na rede das relações de poder é negar as claras evidências que elas se dão numa dinâmica dialética. Segundo Henri Lefebvre (1975), ser dialético é assumir a

realidade vivida, desde a realidade concreta, aparentemente estanque, até a dimensão das relações, dos processos e da dimensão mais subjetiva e abstrata da vivência, ou seja, conceber a realidade enquanto relação sujeito-objeto, sujeito-objetiva ou ainda de ser-existência.

##### **5. A Defesa Pública da Alegria: conflitos socioespaciais na produção do espaço**

O movimento intitulado “Defesa Pública da Alegria” ocorreu no dia 04 de outubro de 2012, o mesmo dia que culminou com o enfrentamento entre manifestantes e policiais na derrubada da mascote da Copa de 2014. O evento tinha como objetivo manifestar-se contra a intensificação das privatizações dos espaços públicos da cidade em função dos preparativos para a Copa de 2014. O encontro desse evento foi na Praça Montevideu, em frente à Prefeitura, que estrategicamente se localiza ao lado do Largo Glênio Peres que abrigava a mascote da Copa de 2014. Esse largo foi escolhido como o local da “FunFest”, o que faz dele um “território da copa” local com total controle das equipes organizadoras do evento sobre o que será consumido durante a transmissão dos jogos.

A mídia divulgou somente o acontecimento do enfrentamento, porém não tratou do evento que ocorreu durante todo esse dia, das reflexões, das propostas e entidades envolvidas.

Importante mencionar que todas as medidas restritivas que foram intensificadas através de um projeto de lei, como já foi comentado, colaboraram para a consolidação de um espaço público sob total controle e vigilância. As medidas restritivas que incluíram cancelamento de feiras e de intervenções artísticas e de protesto foram suprimidas antes de se saber que esse espaço teria um papel fundamental para o evento da Copa.

Mesmo sem o anúncio que as medidas restritivas por parte do Estado tenham atendido os preparativos para o evento da Copa, o conjunto delas ligadas a transformação do espaço demonstra como as medidas públicas e privadas estão em consonância. Assim, analisando esse estudo de caso, a produção do espaço urbano pode ser visualizada concretamente no cotidiano através das medidas estratégicas que são tomadas pelos agentes sociais com diferentes poderes de intervenção, como assim trata Roberto Lobato Corrêa:

A produção do espaço, seja de uma rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É a consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros agentes da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43)

O aumento das manifestações populares, considerando as peculiaridades de cada lugar, contrários às privatizações de toda ordem, trazem à tona os rumos que estão tomando os espaços públicos. Esses movimentos ganham visibilidade principalmente no espaço da rua, por terem como maior qualidade a liberdade de expressão. Essa mesma expressão que se usa desses espaços

está em defesa deles, pois se manifesta contra as medidas que irão suprimir mais espaços públicos e contra a privatização como forma de assegurar os lucros na dinâmica financeira.

A concepção do que é considerado público e privado foi construída historicamente. O termo “público”, em suas primeiras ocorrências, identificava o “bem comum da sociedade” (SENNET, 1988). E o termo “privado” começou a ser aplicado referente aos privilégios. A partir do século XVII, esses termos tomaram uma conotação mais próxima da atual, sendo o público identificado como o espaço que reserva a possibilidade de ser observado por qualquer pessoa, e o privado como local privado, de proteção, que tinha como grande referência o espaço da família.

O público na contemporaneidade está relacionado como o espaço que reserva as possibilidades de ação da população de forma livre, ultrapassando o sentido de “bem da sociedade” para ser a própria construção da sociedade. O conceito de espaço também acompanhou essas mudanças conceituais, e expressa junto com o termo público a dimensão relacional a que chegaram, como expressa Wanderley Costa (1988) a seguir:

O espaço tem duas faces: uma é o plano da expressão, constituída por superfícies, distâncias e propriedades, e a outra é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado”. (COSTA, 1988, p. 48)

O que acontece no espaço público hoje não é só uma manifestação em prol dos mais diversos direitos suprimidos, preconceitos e violências contra os atores sociais, e vai além ao manifestar para assegurar territórios próprios para que essas manifestações aconteçam. A repressão aos movimentos sociais não acontecesomente de forma explícita no enfrentamento, mas também no formato das políticas territoriais, que na contemporaneidade podem suprimir o lugar do encontro dessas manifestações.

Levando em conta o contexto da cidade de Porto Alegre, um lugar que se constitui como um contra-espaço público é o Largo Glênio Peres. Esse território é um bom instrumento para refletir as estratégias das políticas territoriais contemporâneas.

## 6. Políticas Territoriais contemporâneas e o favorecimento dos espaços privados

A gestão do território no contexto das políticas territoriais se revela nos estudos de Geografia Política como fragmentada, desconectada das necessidades reais e urgentes da sociedade, pois atende a uma demanda internacional econômica. A estrutura política é usada como forma de obtenção de lucros na medida em que oferece vantagens para um segmento da sociedade já historicamente privilegiada. Em contraponto ao movimento macro, numa escala local e territorial

pelas relações de poder que estabelece, retoma uma agenda de manifestações de outro segmento da sociedade que foi desprivilegiada no planejamento urbano. Assim como novas ordens internacionais se transformam, se reformulam a forma como a sociedade vai responder a elas.

O Largo Glênio Peres, tratado em específico e que teve suas histórias de conflitos retratados anteriormente se conforma como um território de resistência. Resistência por revelar uma das características mais forte do território: que é ser fruto de uma relação de poder, não somente dominante, pois em alguns casos a apropriação social dos menos favorecidos se faz mais imperativa. Como assim trata BerthaBecker no trecho a seguir, território não é somente estatal:

Território, hoje não se resume ao território do estado. É um produto da prática social – envolvendo a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço – e ao mesmo tempo um meio usado pelos atores para sua prática. Territórios correspondem a áreas delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas e do poder implícito nessas relações. (BECKER, 1991, p. 179)

As políticas territoriais na atualidade revelam os atores, ou seja, os agentes que intervêm nas relações de poder. Sejam esses atores as empresas privadas, o estado ou pessoas de forma independente que se apropriam no cotidiano de alguns espaços com sua arte ou manifestação. O estudo de como essas relações entre agentes está disposto num dado espaço revela que tipo de política territorial está sendo privilegiada. No caso dos espaços públicos, esse estudo revela se as políticas territoriais estão em favor de interesse público ou do privado. Muitas vezes não é possível separar de uma forma clara e definida os interesses e intervenções do público e privado, pois é grande a consonância entre ambos, mas existem algumas possibilidades metodológicas para identificar os atores hegemônicos como será tratado a seguir.

David Harvey chama os atores que cooptam ferramentas e transformam sua funcionalidade na cidade de “agente duplo” (2006). Ele aparentemente não está a serviço de uma forma dominadora, porém ao invés de colaborar com isso, usa o lucro dessa situação para colaborar com grupos sem grande poder de intervenção. Ele não deixa de estar fazendo parte de um sistema que critica, porém usa o mesmo capital em certos momentos para financiar ações e estudos para construir estratégias para enfrentá-lo.

Claude Raffestin tratou de uma maneira parecida os atores territoriais, pois dividiu no que ele chamou de atores sintagmáticos e paradigmáticos. Assim, os atores sintagmáticos seriam aqueles com recursos de ação ou intervenção, com grande poder de interferência territorial, como ele próprio explica: “O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo.” (RAFFESTIN, 1993, p. 40) Já os atores paradigmáticos seriam aqueles sem recursos e possibilidades de ação, ou como ele explica: “Um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum. Não estão integrados num processo programado.” (RAFFESTIN, 1993, p. 41)

A territorialidade cumpre um papel local frente às políticas territoriais de forma crucial. Pois a afirmação da identidade com um espaço ocupado o motiva a se reconhecer naquele lugar, não só apreciar como um lugar que contem sua história, mas comungar com ela passa a ser uma questão prática, a apropriação se faz necessária para esses atores. Essa apropriação se evidencia em vários espaços da cidade, a legitimação de uma história comungada entre sujeitos atuantes naquele território e o reconhecimento que aquele espaço é público.

## **7. O espaço público na cidade de Porto Alegre em tempos de Copa do Mundo**

A concepção de espaço público tem sofrido transformações na cidade de Porto Alegre e em boa parte das capitais brasileiras. Essa transformação de caráter disciplinador possui na vigilância e no consumo características indispensáveis. Isso pode ser observado pelo tipo de políticas urbanas que estão sendo tomadas nessas cidades, que estão em ritmo acelerado em função dos preparativos para o evento da Copa do Mundo (2014).

O evento da Copa do Mundo exige um conjunto de medidas que interferem profundamente as cidades que são sedes. Essas medidas visam aparentemente adequar a cidade para receber um grande número de estrangeiros e delegações esportivas, porém resultam em medidas restritivas para a vida nas cidades. As cidades estão se adequando conforme essas exigências e já se pode constatar que resultaram até o momento no aumento exponencial da especulação imobiliária e de remoções, enormes gastos em obras com pouca transparência e imposição de uma legislação de exceção.

A competição entre os países para sediar eventos de grande visibilidade, como Copa do Mundo, tornou-se tão importante quanto atrair investimentos internacionais, pois o incremento monetário que é gerado para governantes e grande empresários é incalculável. Os grandes eventos permitem uma exposição internacional que atraem de investimentos e a reprodução de uma cidade como mercadoria. Assim, os eventos de grandes dimensões se tornaram fonte de lucro na cidade contemporânea, como comenta Fernanda Sánchez:

Animação e espetáculo parecem ser componentes essenciais da venda das cidades; a atração de visitantes e investidores é parte central dos novos circuitos da economia urbana. Ao despertar o interesse por parte da mídia, a organização de eventos especiais contribui para a mudança ou para o fortalecimento da imagem de uma cidade. Por isso, certos governos de cidade não medem esforços para torná-los sedes de grandes eventos. (SANCHEZ, 2011, p. 500 e 501)

A refuncionalização atinge diretamente os espaços públicos na cidade. O espaço público possui como qualidade maior a intervenção coletiva e democrática na cidade. A Copa do Mundo impõe uma legislação de exceção que restringe certos usos em prol do consumo de algumas marcas de interesse do evento. Ele também remodela comportamentos e apropriações, pois para

além dos estádios de futebol, outros espaços da cidade, principalmente os públicos devem atender a programação do evento sem surpresas.

O domínio do espaço público por essas grandes corporações comerciais, com Coca-Cola, por exemplo, através dos megaeventos resulta no controle de qualquer forma de manifestação individual ou coletiva que contraponha essas políticas impostas. Mesmo que essa intencionalidade não esteja explícita nas intervenções feitas na legislação, percebe-se que as medidas promovem um controle de espaços por meio de um aumento da vigilância.

Espacialidades diferenciadas como assim definem Ruy Moreira:

Desse modo, a espacialidade diferencial é o todo do entrecruzamento dos recortes tanto do arranjo econômico, enquanto o poder capilar das empresas, quanto do arranjo superestrutural, seja do jurídico-político, enquanto o poder capilar dos organismos de representação da sociedade civil, seja do ideológico-cultural, enquanto o poder capilar das instituições do imaginário e das representações de mundo, o todo do complexo escalar definindo assim as possibilidades, no sentido gramsciano do termo. (MOREIRA, 2007, p. 86)

Atualmente é na realização dos megaeventos, como é o caso da Copa do Mundo no Brasil que a espetacularização dos espaços como mercadorias se reproduz, porém as manifestações e a visibilidade de outras já existentes tem aumentado em contraposição a essa lógica. A figura 2 mostra como essas manifestações estão ocorrendo no caso do Largo Glênio Peres e ao mesmo tempo mostra como o espaço do largo com a atitude está em consonância.



**Figura 02** – Manifestações no Largo Glênio Peres

Fonte: acervo da autora, abril de 2013.

Um entendimento de espaço público que contemple não só as medidas incentivadas pelos poderes locais, mas também com as diferentes apropriações coletivas é base do entendimento dessa pesquisa.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa como o delineamento de resultados preliminares é que não somente o caso do Largo Glênio Peres, mas comum aos espaços públicos da cidade é a ocorrência de um controle maior por parte dos governos. Esse controle se realiza em um conjunto de leis e medidas que restringe quem e de que forma é apropriado esses espaços. Guy Debord chamou esse contexto de “alienação espacial”, como ele descreve a seguir: “Nessa alienação espacial, a sociedade que separa pela raiz o sujeito e a atividade que ela lhe subtrai, o separa primeiro de seu próprio tempo.” (1997, p. 109). O objetivo de tais medidas é maquiagem problemas sociais que são comum às grandes cidades brasileiras, para atender uma falsa paisagem durante eventos com visibilidade, como é o caso da Copa do Mundo (2014).

Pelo que foi exposto é possível considerar o espaço público com uma grande potencialidade de revelar e superar as contradições do modo de produção capitalista da cidade. Mas ao mesmo tempo a mercantilização desses espaços, expressa em grau maior com os preparativos para grandes espetáculos, como é o caso da Copa do Mundo de 2014, mostra a força das privatizações na produção do espaço urbano. Os conflitos socioespaciais estão se intensificando em função da relação de poder que pode ser observada nos espaços públicos, não só da cidade de Porto Alegre, como também em boa parte das capitais sedes da Copa de 2014.

Esse estudo de caso contrapõe uma lógica vigente em maior parte das capitais do país e esse é o foco da investigação. Situação essa da atualidade caracterizada por um esvaziamento político das ruas e uma liberdade de atuação de políticas de disciplinamento e controle social. Um processo que Lúcia Leitão (2005) chama de “desertificação da rua” e que expressa uma negação do convívio múltiplo que os espaços públicos abertos e sem controle de seus conteúdos e grupos sociais podem proporcionar. Entretanto, para além dos projetos de ordenamento e controle urbano, as classes populares continuam a se apropriar de alguns espaços, como é no caso desses largos, tratado anteriormente, e a impor sua presença na maneira de vivenciar a cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. [Online] Disponível via Internet em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/> [Acesso em 20 de janeiro de 2012].

CORRÊA, R.L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A.; SPOSITO, Maria Encarnação. *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, R.M. da. Conflitos socioespaciais no uso dos espaços públicos de Porto Alegre: o caso do Largo Glênio Peres. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE*, v.2, nº1, p.50-64, jan./jun.,2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

- COSTA, W.M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. Contexto, 1988
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LEFEBVRE, H. **A lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LEITÃO, L. **Quando um muro separa e nenhuma ponte une**. In: Cadernos de Metrôpole. Nº 13, PP. 229-253, 1º sem., 2005.
- LIRA, A.C.C. de. **Contradições e políticas de controle no espaço público de Barcelona**: um olhar sobre a Praça delsÀngels. In: Cadernos de Metrôpole. São Paulo, nº 25, pp. 279-302, jan/jun, 2011.
- MONTEIRO, C. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MOREIRA, R. **O espaço e contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa**. In: HAESBAERT, Rogério; OLIVEIRA, M.; MOREIRA, R. (orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANCHEZ, F. **Os sentidos da cidade-espetáculo**. In: A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 2. ed. Argos. Chapecó, SC, p. 464-518, 2011.
- SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araújo Wantanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NAGELSTEIN, V. **Sul 21, Porto Alegre, 20 dez. 2011**. Entrevista concedida a Sul 21. <http://www.sul21.com.br/jornal/2011/12/prefeitura-restringe-atividades-no-largo-glenio-peres/>[Acesso em 22 de dezembro de 2011].